

DIÁLOGOS COM A CULTURA AFRICANA ATRAVÉS DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Johnatan Augusto da Costa Alves
Universidade Federal de Uberlândia/ CAp ESEBA
johnatan.alves@ufu.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência de algumas práticas e vivências pedagógicas realizadas com crianças de 4 e 5 anos de idade, na educação infantil da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU) relacionadas ao diálogo com a cultura africana, através das múltiplas linguagens. Em uma perspectiva “Vygostyana” sabe-se que o desenvolvimento do indivíduo está intimamente ligado ao ambiente sociocultural mediado pelo outro/a através do movimento dialógico da linguagem, uma vez que tal experiência possibilita a oportunidade de ambos os sujeitos envolvidos nesse processo de aprender-ensinar, significar e ressignificar a cultura, pois de acordo com Freire (1996) ambos “não se reduzem à condição de objeto um do outro”, mas dialogam entre si. A cultura africana é elemento constitutivo da brasileira em diversos aspectos, tais como: culinária, artes, música, dança, vocabulário, etc, não reconhecer sua importância é negar a nossa história como nação. Toda criança tem o direito de conhecer sobre sua identidade e raízes históricas, sendo assim, faz-se extremamente necessário oferecer a elas situações estimulantes, ricas e convidativas ao diálogo a respeito da sua constituição enquanto povo. Além disso os Referenciais Nacionais Curriculares para a Educação infantil, afirmam que através das múltiplas linguagens as crianças estabelecem relações com os diferentes objetos de conhecimento. Nesse sentido, algumas ações e propostas foram pensadas e realizadas junto às crianças da educação infantil, visando garantir direitos de aprendizagem e vivências artístico-culturais em diálogo com a cultura africana.

21

INTRODUÇÃO

O ato de educar é um fenômeno de grande complexidade pelas diversas especificidades, próprias da condição humana que reverberam em todo processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos envolvidos: professor/a e aluno/a. O educador é o profissional responsável por contribuir, de maneira sistematizada e competente, com o pleno desenvolvimento do indivíduo, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996); tarefa essa, demasiado desafiadora, uma vez que esse

processo não está atrelado apenas às questões cognitivas e objetivas de aprendizagem, mas àquelas de ordens subjetivas e pessoais do ser.

A educação é um direito social garantido pela Carta Magna de nosso país, a Constituição Federal. Toda criança tem o direito de ter acesso à educação pública e de qualidade, portanto, desde a primeira infância faz-se necessário viabilizar ao “pequeninos/as” o acesso aos bens e manifestações culturais que constituem a identidade e história do país. O Brasil é extremamente privilegiado por sua rica diversidade étnico-racial. A construção identitária da nação se deu através dos povos indígenas, com a contribuição de diversas culturas advindas de outros continentes, em especial da África.

É sabido que a cultura africana e afro-brasileira viveu um grande período de negação e silenciamento em todos os segmentos da sociedade, inclusive na escola. As disciplinas das grades curriculares de cada ano de ensino, em sua maioria, sempre privilegiaram a cultura europeia, ocupando lugar de destaque no processo de constituição da nação. Entretanto, essa realidade excludente começou a ser modificada com a promulgação da lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que passou a trazer a obrigatoriedade de toda Rede de ensino incluir no currículo oficial a temática “História e cultura afro-brasileira”. É sempre bom lembrar que essa lei não foi fruto da bondade e generosidade política de homens e mulheres que, na época, exerciam seus mandatos, mas das lutas, denúncias e reivindicações do Movimentos Negro ao longo da história.

De acordo com a Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI, 2014)

No Brasil, a partir da promulgação da lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, foi estabelecido um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país. (BRASIL, MEC, 2014)

Diante do surgimento dessa lei, todos os/as professores/as e instituições de ensino se viram obrigados/as a trabalhar tal conteúdo ao longo do ano letivo em todas as disciplinas, visando aumentar as possibilidades de garantir, de fato, o direito ao desenvolvimento pleno do/a indivíduo/a, trazido pela LDB/1996, uma vez que a

história e cultura afro-brasileira e africana, faz parte da vida e identidade de toda e qualquer pessoa nascida no Brasil. Negar a sua importância, o seu lugar de destaque na constituição do povo brasileiro é também negar a singularidade de nossa história como nação.

A lei 10.639/2003 foi, de fato, uma grande conquista não apenas para o Movimento Negro, mas para toda a sociedade, uma vez que todos/as têm o direito de conhecer suas raízes histórico-culturais. Entretanto, esta lei também representa um desafio constante aos docentes e instituições de ensino ao redor do país no sentido de sistematizar e construir junto aos alunos/as o complexo conhecimento acerca da cultura africana e sua influência no Brasil. Sabemos que há muito o que aprender a respeito desse tema, pois ele foi emudecido ao longo de décadas nos cursos de formação inicial docente. Nossos professores e professoras possuem um déficit considerável em sua trajetória formativa diante da omissão desse assunto nas graduações e o que se pode perceber é um sentimento de certo pavor e insegurança que ronda esses profissionais no que diz respeito ao domínio do conteúdo e estratégias didático-pedagógicas eficazes para uma abordagem relevante e significativa em sala de aula.

23

Considerar as necessidades formativas e refletir sobre elas é de fundamental importância, contudo elas não podem se constituir como barreiras ou desculpas para que as escolas deixem de trabalhar o conteúdo. A lei foi promulgada e desde o ano de 2003 a necessidade ou obrigatoriedade de se trabalhar a História e Cultura Afrobrasileira está posta. Os professores/as precisam necessariamente se adequarem, pesquisando, se formando, predispondo-se ao diálogo permanente com a cultura africana e suas influências na brasileira. Freire (1996, p. 32) ressalta a importância do/a professor/a se perceber como um pesquisador autônomo pois “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Em nota de rodapé o autor continua ponderando:

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescenta à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996)

A reflexão que nos é proposta diante da urgência e relevância de abordarmos o conteúdo em questão é: quando nos sentiremos, definitivamente prontos/as, preparados/as, como docentes que somos, para começarmos a construir projetos de ensino, que envolvam essa temática, junto aos nossos alunos/as da educação básica? Até quando continuaremos silenciando a riqueza desse debate que tanto colabora para que tenhamos clareza de nossa identidade como povo e para que possamos desenvolver uma consciência humana imbuída de valores éticos e morais capazes de nos fazer construir relações de convivência pacíficas e harmoniosas em meio a tão grande diversidade? É inegável a realidade de carências formativas dos cursos de graduação voltados às licenciaturas, mas é igualmente inegável a necessidade de todos/as os/as docentes e instituições escolares, tanto da rede pública quanto da rede privada de ensino, materializarem a lei acima citada. Existe muito o que aprender a respeito da África e do processo de recriação cultural contextualizado com a realidade de cada país que recebeu imigrantes africanos ao longo de suas histórias e por esse motivo é muito provável que jamais nos sentiremos totalmente capacitados/as, dotados/as de pleno domínio acadêmico; todavia é preciso dar o “pontapé” inicial nas discussões e reflexões sobre essa temática nos espaços escolares em todos os níveis de ensino.

24

Embora a Educação Infantil não esteja incluída na obrigatoriedade do texto da lei 10.639, as Diretrizes Curriculares Nacionais incluem o tema da diversidade na construção da proposta pedagógica para este nível de ensino. Desse modo, o Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/2003 afirma que

o papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos etnicorraciais para a história e a cultura brasileiras. (BRASIL. MEC, 2003)

É necessário que todos/as os/as docentes que atuam nesse nível de ensino, percebam a importância de introduzir o ensino da história e cultura africana visando a garantia de direito do acesso ao conhecimento pelas crianças. Com o propósito de atender a essa demanda, o projeto “Diálogos com a cultura africana através das

múltiplas linguagens na educação infantil” começou a ser elaborado na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia – ESEBA/UFU.

A IDEALIZAÇÃO DO PROJETO

A Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU) é um Colégio de Aplicação que tem como uma de suas atribuições o desenvolvimento de práticas inovadoras, visando contribuir com a educação básica, e a recepção de alunos/as dos cursos de graduação, com o propósito de estabelecer diálogos profícuos entre as diferentes áreas do conhecimento no sentido de enriquecer a formação desses graduandos/as, bem como o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças na escola.

A experiência a ser relatada aqui, acontece com as crianças de 4 e 5 anos de idade da educação infantil, matriculadas na ESEBA/UFU. Para este nível de ensino a escola oferece o “Espaço cultural”, uma sala ambiente destinada a vivências lúdicas através das múltiplas linguagens.

Cada criança é um sujeito diferente do outro, com especificidades de ordem cognitiva, emocional, econômico-social, cultural, psíquica, com visões e leituras de mundo bastante singulares e por esse motivo cada uma delas possui estratégias pessoais, mesmo que inconscientes, de apropriação dos saberes e conhecimentos historicamente acumulados. Howard Gardner (1993, apud Edwards, 2005, p. 7) descreve

Sete diferentes disposições de espírito, definidas como modos de perceber o mundo e demonstrar capacidade intelectual. Cada criança possui um estilo de aprendizagem individual, singular, o que a torna inclinada para algumas dessas disposições mais do que para outras. Por exemplo, elas podem ter evidente habilidade entre as inteligências visual/espacial, verbal/lingüística, corporal/cinestésica, lógica/matemática, musical/rítmica e interpessoal/intrapessoal. Não obstante, embora possuam estilos de aprendizagem singulares, poucas crianças apreciam a aprendizagem que só utiliza uma de suas inteligências. Em vez disso, elas gostam de atividades e experiências que as mesclam.

Nessa perspectiva, o trabalho do/a professor/a da educação infantil torna-se extremamente desafiador diante de demandas tão complexas e necessárias ao desenvolvimento das crianças. Faz-se necessário que esse/a profissional desenvolva um olhar sensível para este momento tão caro do desenvolvimento humano que é a

primeira infância, oportunizando e democratizando esse processo de ensino/aprendizagem através de estratégias didático-pedagógicas que contemplem as diferentes linguagens. Nesse sentido o Espaço Cultural da ESEBA/UFU se constitui como um lugar privilegiado de desenvolvimento e acesso aos bens culturais na educação infantil.

É importante lembrar que esse projeto nasceu como um “braço” de outro intitulado como “Diálogos entre a pedagogia, artes visuais e teatro sobre a múltiplas linguagens na educação infantil da ESEBA”, que já estava em curso no ano de 2016 pela Professora Me. Paula Faria, entretanto no segundo semestre do ano de 2017 com os relatos de experiência trazidos pela Professora Me. e Coordenadora Pedagógica do 1º Ciclo, Beloní Cacique, a respeito do curso de formação de professores/as que desenvolveu em uma viagem ao continente africano, surgiu a ideia de juntos iniciarmos um projeto que possibilitasse às crianças construir conhecimentos significativos acerca da cultura africana e de suas influências no Brasil. Além disso, a contribuição e presença contínua em sala de aula de um aluno negro africano, bolsista do curso de Ciências Sociais, Adilson Lopes e de uma segunda aluna, também negra e bolsista do curso de Música, trouxe ainda mais sentido e significado ao trabalho. A princípio os objetivos delineados foram: apresentar alguns elementos artístico-culturais do continente, tais como os tecidos artesanais destacando as cores, estampas e seu processo de produção; oportunizar releituras e criação de novas estampas; levar os/as alunos/as a conhecerem algumas brincadeiras africanas tendo os tecidos como suporte; explorar movimentos corporais através das músicas africanas utilizando ainda os tecidos; explorar recursos cartográficos com o propósito de situar o continente no globo; apresentar a música africana trabalhando suas características e sonoridades e promovendo releituras musicais; conduzir as crianças à reflexão acerca da riqueza da diversidade cultural do país e de nossa origem através da miscigenação dos povos...

ALGUMAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O projeto teve como ponto de partida o trabalho com os tecidos africanos trazidos diretamente da África pela Professora Beloní. Construímos uma grande cabana com diversas estampas e cores; antes de levar os alunos/as para a sala, propusemos a eles/as uma viagem (imaginária) para outro país e continente sem

mencionar sua identificação e que, portanto, eles/as mesmos/as deveriam descobrir, quando chegássemos na sala, que lugar era aquele. As crianças se mostraram muito empolgadas com a “viagem” e ao chegar na sala se encantaram com o ambiente. Alguns vídeos do coral infantil africano Watoto, foram apresentados com o propósito de oferecer um arcaouço maior de pistas que os/as ajudasse a desvendar a identidade daquele lugar, todavia as hipóteses levantadas pelos alunos/as foram as mais diversas: Estados Unidos, Japão, Tribos indígenas, Goiânia, Brasília... Ao perceber que os elementos presentes na sala de aula não foram suficientes para ajudá-las a descobrir onde estavam, disse então: “Existe uma pessoa aqui, que nasceu nesse continente.” Foi então que as crianças de pronto disseram: “É o Professor Adilson!” Como em encontros anteriores o bolsista já havia se apresentado, logo em seguida afirmaram: “Esse lugar é a África!” A partir daí, iniciamos nossos diálogos e reflexões sobre a cultura africana destacando, nesse primeiro momento, os tecidos expostos na sala.

A medida que as crianças observavam os tecidos, iam chamando a atenção para detalhes que ainda não tínhamos percebido como, desenhos menores e misturas de cores nas estampas. A Professora Beloní, em um dos encontros, relatou que muitos dos tecidos africanos são confeccionados de maneira artesanal e vários/as artesãos/ãs realizam suas produções se valendo de carimbos rústicos de madeira esculpido por eles/as mesmos. Desse modo propusemos às crianças que também experimentassem criar os seus próprios tecidos, se valendo de pincéis e alguns carimbos que os bolsistas, Adilson e Monalisa, junto da estagiária curricular, Jordana, confeccionaram, tendo como inspiração aqueles que elas haviam observado nas aulas anteriores. Essa atividade aconteceu baseada na decepção expressa pelos/as alunos/as ao perceberem que os tecidos africanos haviam sido retirados do Espaço Cultural, desse modo os/as incentivamos a produzirem a decoração com os tecidos para a sala de aula. É importante dizer que as atividades com os tecidos tiveram como fonte de inspiração o bellissimo trabalho desenvolvido pela Professora da Rede Municipal de São Paulo, Lidiane Loiola que mantém um canal no youtube intitulado “Vivências da infância” em que divulga um pouco do trabalho que tem realizado.

Nos encontros seguintes, tendo ainda os panos como suporte, desenvolvemos uma brincadeira de roda africana de Guiné-Bissau, país de origem do bolsista, Adilson

Lopes. Uma criança era escolhida para vir ao centro da roda e ter seus olhos vendados enquanto as outras, ficavam assentadas em círculo e se escondiam cada uma debaixo de um tecido. A sua missão era descobrir quem estava escondido/a debaixo de um tecido escolhido por ela. Nessa atividade foi interessante observar o diálogo que elas iam estabelecendo com a brincadeira, trazendo as suas percepções e interferências, revelando assim suas capacidades de recriar a cultura. Segundo Vygotsky (1991 apud Corsino, 2006, p. 64),

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento e põe em movimento vários processos que, de outra forma, não aconteceriam. Para o autor, o desenvolvimento do indivíduo está diretamente ligado à sua relação com o ambiente sociocultural e o papel social do outro é de fundamental importância, uma vez que o indivíduo aprende e se desenvolve a partir do convívio com os outros de sua espécie.

De acordo com o autor é através da mediação do outro que o indivíduo se desenvolve, tendo suas capacidades e habilidades potencializadas para aprender, significando e ressignificando o mundo que o cerca.

Outro ponto que trabalhamos foi a localização geográfica da África e a diferenciação entre os conceitos de país e continente. Para esta atividade nos valem dos recursos do globo terrestre e do mapa projetado através do data show. Apesar do momento de desenvolvimento cognitivo em que a maioria das crianças se encontram, elas se mostraram extremamente interessadas, especialmente pelo globo, e puderam ter um pouco de sua noção ampliada a respeito do conhecimento cartográfico.

Enquanto as atividades iam sendo desenvolvidas, também surgiram questões relacionadas ao fenótipo africano. Algo que nos chamou muito a atenção foi o fato de nenhuma criança negra se reconhecer como tal. Ao serem indagadas sobre a cor de sua pele diziam que não sabiam qual era e poucas delas se identificavam com os rostos africanos mostrados em vídeos e também através da presença diária do bolsista, Adilson. Os/as alunos/as, de um modo geral, se sentiram muito espantados/as quando afirmamos em um de nossos encontros que todos/as nós, como brasileiros/as, temos um pouco da África dentro de nós através do processo histórico de imigração intercontinental e da miscigenação dos povos. Nas aulas seguintes, uma determinada criança disse que sua colega era preta. Ao ouvir isso,

uma terceira criança negra, corrigiu o colega dizendo: “Ela não é preta, mas negra. Que nem eu e o professor Adilson!” Essa fala foi extremamente significativa e relevante para nós, pois é sabido que ainda vivemos em uma sociedade racista e preconceituosa, portanto é compreensível que crianças negras tenham dificuldades em assumir sua identidade. ´

A escola tem um importante papel na luta contra o preconceito e discriminação, tão enraizados em nossa sociedade. Como docentes que somos, faz-se necessário desenvolvermos estratégias de ensino-aprendizagem que auxiliem os/as alunos/as a construírem relações pacíficas e respeitadas uns com os outros, em meio à vasta diversidade que nos cerca. Este é um dos motivos que revela a necessidade pungente de incluirmos o ensino da história e cultura africana em nossos currículos e planejamentos de aula, por mais desafiador que seja para nós diante do fato de termos uma formação inicial repleta de fragilidades nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência do projeto em questão não é conclusivo em observações, avaliações e resultados, pois trata-se de um trabalho em fase inicial e amadurecimento acerca de um tema denso em complexidade, mas sobretudo tão caro a todos/as nós, como brasileiros. Temos uma dívida eterna com a África e tudo o que diz respeito a ela.

Como já mencionado, a lei 10.639/2003 foi, de fato, um importante marco educacional, mas também histórico-cultural e sócio político para toda a sociedade brasileira, conquistado através do importante papel de lutas e denúncias desempenhado pelo Movimento Negro no Brasil. Temos ainda um longo caminho de aprendizados e constantes batalhas políticas a ser trilhado, pois a grande maioria dos docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino possui lacunas, a respeito do tema, em seu processo formativo. Faz-se necessário que os cursos de formação de professores/as revejam seus currículos de modo a contemplar a preparação eficaz de profissionais capazes de conduzir com competência e segurança o processo de ensino-aprendizagem da história e cultura africana e suas influências no Brasil.

Apesar das fragilidades formativas que o corpo docente brasileiro possui acerca dessa área do conhecimento, ela não pode continuar sendo silenciada, até porque

existe uma lei federal que traz a obrigatoriedade de sua inclusão nos currículos de todas as instituições escolares. Sendo assim, cabe também a cada professor e professora a tomada de uma postura consciente, profissional, ética e porque não dizer humanitária, de pesquisas autônomas e de abertura ao aprendizado, diante de tão importante demanda de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**/ Ministério da Educação e do Desporto. – Brasília: 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

CORSINO, Patrícia. As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento. In:

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>.

Acesso em 02/04/2017

EDWARDS, C. Ensinando as crianças através de centenas de linguagens. **Revista Pátio - Educação Infantil** – Ano III Nº 8 Jul/Out 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Especial. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

WEFFORT, Madalena Freire. **Observação, registro, reflexão**. Série Seminários. 3ª ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 2003. Disponível em <http://www.oocities.org/br/brucewaynes/09_observacaoregistroreflexao.pdf> Acesso em: 10/04/2016.